


**DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA E RAÇA NO PENSAMENTO SOCIAL  
BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE  
GILBERTO FREYRE, CLÓVIS MOURA, CAIO PRADO JR., FLORESTAN  
FERNANDES E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO<sup>1</sup>**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-027>

**Data de submissão:** 05/02/2025

**Data de publicação:** 05/03/2025

**Brunno Sousa Carvalho**

Discente do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura – Mestrado – da UESPI

**Giselle Maria Silva Cruz**

Discente do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura – Mestrado – da UESPI

**José da Cruz Bispo de Miranda**

Prof. e Dr.

Professor do Curso de Ciências Sociais

Docente do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura – Mestrado – da UESPI

---

**RESUMO**

O artigo tem o objetivo de discutir as ideias de desenvolvimento, política e raça do Brasil por meio pensamento social brasileiro, analisando as contribuições dos autores Gilberto Freyre, Clóvis Moura, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso. Esses autores discorrem sobre a formação da sociedade brasileira a partir do pensamento culturalista e crítico. A metodologia da pesquisa foi a qualitativa e bibliográfica, optando por autores que desvelam sobre a formação econômica, social, política e racial do Brasil. A análise sobre a sociedade brasileira afirma que o conceito de raça e o racismo condicionaram o desenvolvimento social, político e econômico, gerando as desigualdades sociais e raciais.

**Palavras-chave:** Pensamento Social Brasileiro. Desenvolvimento e Política. Raça e Sociedade.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção de nota na disciplina “Tópicos especiais: Pensamento Social e Político do Brasil Contemporâneo do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC-UESPI)

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca discutir sobre as ideias de desenvolvimento do Brasil por meio pensamento social brasileiro, analisando as contribuições dos autores Gilberto Freyre, Clóvis Moura, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Rugai Eliede Bastos, que teceram discussões frente à questão do desenvolvimento social, político, cultural e econômico do Brasil presentes no pensamento social brasileiro. Como metodologia utilizamos revisão de literatura dos clássicos brasileiros: *Casa-Grande & Senzala* (Freyre, 2003), *Sociologia do Negro Brasileiro* (Moura, 2019), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica* (Cardoso, 1977), *A Revolução Burguesa no Brasil* (Fernandes, 2005), além dos artigos *Da origem à hegemonia e crise do algodão meridional brasileiro no século XX* (Gonçalves; Ramos, 2008) e *Atualidade do pensamento social brasileiro* (Bastos, 2011).

Estes autores e suas respectivas obras realizam revisitações a história do Brasil em seu respectivo período, compreendendo sua estrutura e o modo de vida da população brasileira, além de perceberem as contribuições de seus povos com a identidade nacional, como faz Freyre com a obra *Casa-Grande & Senzala*, discutindo sobre economia, religiosidade, trabalho e sobre questões raciais durante o período colonial no Brasil e Clóvis Moura que traz as populações negras como povos de resistência, destacando a formação do quilombos como estes espaços de refúgio e de luta.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto discutem sobre a ideia de dependência e desenvolvimento econômico, em que países mantêm uma relação de interdependência com centros econômicos, em uma relação de exploração, que também é um caminho para alcançar o chamado e desejado desenvolvimento. Essa relação de interdependência está presente nas relações coloniais pela dependência do Brasil a Portugal, como também no período contemporâneo com a dependência dos países latinos ao mercado internacional.

Enquanto isso, Rugai Eliene busca compreender problemas do Brasil ainda tão atuais por meio do estudo das questões mais vistas pelas ciências sociais na década de 1950-1960: emancipação, direito às diferenças, liberdade, dignidade ao povo brasileiro, exclusão e escravização e as ditaduras.

Cada autor utilizado neste artigo busca compreender e discutir o Brasil de uma determinada ótica contribuindo com uma análise fundamental sobre o desenvolvimento do Brasil, seja levando em consideração as questões etnico-raciais, ou discutindo sobre sua industrialização, economia e relação de interdependência nos países latinos.

## 2 UM OLHAR SOBRE O PENSAMENTO DE GILBERTO FREYRE

O pensamento de Gilberto Freyre (2003) sobre a colonização portuguesa no Brasil aponta três pilares fundamentais que marcaram profundamente a construção da sociedade brasileira: a miscigenação, o latifúndio e a escravidão. Sua obra sociológica “Casa-Grande & Senzala” descreve como a vida colonial foi essencial na construção de uma identidade nacional mestiça, composta pela fusão de portugueses, indígenas e negros. O relato – por muitas vezes permeado de romantizações – ressalta constantes antagonismos, como as tensões entre católicos e hereges, culturas europeias e africanas, africanos e indígenas, jesuítas e fazendeiros, além da relação central entre senhores e escravos.

Segundo Freyre, a influência africana moldou profundamente a sociedade brasileira, manifestando-se no comportamento, na música, na culinária e até nas relações íntimas. Um destaque é o papel das amas-de-leite, que ao amamentarem crianças brancas criavam vínculos psicológicos e afetivos duradouros, frequentemente refletidos na dinâmica futura entre homem e mulher. O exemplo do rapaz que só conseguia se excitar com o cheiro do pano de sua antiga ama-de-leite ilustra essas marcas psicológicas.

Observando o prisma geográfico, o litoral agrário foi o principal espaço de influência africana. Os negros, considerados mais adaptados ao trabalho agrícola que os indígenas, desempenharam papel crucial no regime escravista, trazendo consigo culturas complexas e habilidades úteis à economia colonial. Freyre aponta que as sociedades africanas, em especial as sudanesas, contribuíram significativamente para as bases econômicas e sociais do Brasil, consideradas biológica e culturalmente mais preparadas para os trópicos. Enquanto o negro era visto como extrovertido e adaptável, o índio era retratado como introvertido e avesso ao trabalho regular. Essa diferença de perfil teria influenciado a preferência pelo uso de negros no trabalho agrícola e na formação de quilombos, muitas vezes compostos por africanos e indígenas fugidos.

A contribuição cultural africana foi marcante, especialmente na culinária, música e religiosidade. A dieta equilibrada e os hábitos alimentares dos negros moldaram a cozinha brasileira, enquanto práticas religiosas africanas, muitas vezes associadas ao islamismo, influenciaram costumes das senzalas e até mesmo das casas-grandes. Freyre observa que muitos escravos africanos eram alfabetizados e traziam conhecimentos técnicos, o que contrastava com a realidade de muitos colonos brancos analfabetos. Alguns grupos, como os sudaneses e os bantos, foram predominantes em certas regiões, contribuindo à diversidade cultural e social.

Ao abordar questões de raça, Freyre discute as teorias científicas da época, que frequentemente refletiam preconceitos e tentavam justificar diferenças raciais com base em características biológicas

ou anatômicas. Antropólogos e cientistas debatiam a origem dos negros e suas supostas aptidões, mas essas abordagens muitas vezes reforçavam estigmas e discriminações. Apesar disso, Freyre ressalta as qualidades intelectuais e organizacionais dos negros, frequentemente negligenciadas devido à condição de escravidão.

A escravidão no Brasil foi marcada por dinâmicas de opressão e violência, mas também por complexas relações sociais. As mucamas, por exemplo, ocupavam um lugar ambíguo ao serem simultaneamente exploradas e valorizadas por sua beleza e habilidades domésticas. A sexualidade esteve profundamente entrelaçada com o sistema escravista, com práticas que frequentemente envolviam abuso, exploração e objetivos econômicos, como a reprodução forçada para aumentar o “patrimônio” dos senhores.

Percebemos que Freyre reforça aspectos culturais da influência africana, que também se manifestou no imaginário popular, nas tradições linguísticas e nos contos infantis. Personagens folclóricos e histórias contadas por amas-de-leite moldaram a infância na casa-grande, criando um legado cultural que persiste até hoje. A linguagem brasileira, menos formal e mais suave que o português europeu, também foi influenciada pelas interações entre colonos, negros e indígenas. No contexto religioso, a igreja desempenhou um papel de integração e controle, convertendo escravos ao catolicismo e promovendo festividades que aproximavam senhores e cativos. No entanto, a religiosidade africana, especialmente na Bahia, resistiu e se mesclou ao catolicismo, criando práticas sincréticas. Festas como o Carnaval e celebrações de padroeiros negros, como São Benedito, ilustram essa fusão cultural.

Gilberto Freyre propôs uma visão de Brasil centrada na capacidade de acomodação de conflitos das oligarquias nordestinas, contrapondo-as às do Sudeste. Argumentava que a “plasticidade” nordestina, habilidade de conciliar tensões de classe, raça e região, seria crucial para a união nacional. Essa plasticidade, segundo ele, permitiria a convergência de elites rurais e urbanas, consolidando o poder patriarcal em nível nacional. Freyre via as oligarquias cafeeiras do Sudeste como menos aptas a essa conciliação, devido a uma estrutura menos patriarcal. Para ele, o Nordeste, berço do patriarcalismo brasileiro, deveria assumir um papel central na condução do país.

A proposta freyriana, dependia do controle da terra e do trabalho, visando uma aliança estratégica entre as oligarquias. Essa aliança buscava harmonizar o Sudeste, em acelerado processo de industrialização e com crescentes conflitos trabalhistas, com o Nordeste, predominantemente agrário. O controle da propriedade rural era fundamental para influenciar o fluxo de trabalhadores e delimitar o alcance das leis trabalhistas, contendo a modernização dos conflitos sociais. Nesse

contexto, o êxodo rural nordestino serviria como válvula de escape para as tensões sociais, especialmente o cangaço, e como força moderadora nos centros urbanos do Sudeste.

Esse êxodo, no entanto, não seria espontâneo, mas coordenado por um Estado centralizado, atuando como um patriarca, segundo Freyre. O Estado seria responsável por implementar e disseminar a cultura patriarcal nordestina, baseada na construção de consensos que preservassem o poder das elites. Essa perspectiva se conectava com o debate sobre as implicações do deslocamento de massas rurais para os centros urbanos, que alteraria a composição racial e cultural das cidades, intensificando as tensões sociais. Freyre, portanto, propunha adaptações nos métodos de seleção e controle da classe trabalhadora, especialmente a negra, para manter o controle patriarcal.

Por fim, reconhece a escravidão como uma instituição desumana, mas argumenta que ela foi central na formação da sociedade brasileira. A miscigenação e a troca cultural entre brancos, negros e indígenas deram origem a uma identidade brasileira única, embora marcada por profundas desigualdades e cicatrizes históricas. A obra de Freyre busca compreender essas complexas interações, ressaltando tanto as contribuições quanto as tragédias decorrentes do sistema escravista.

### **3 O ANTAGONISMO DAS CLASSES E RAÇA EM CLÓVIS MOURA**

Com base na teoria de Karl Marx, Clóvis Moura analisou a dinâmica da luta de classes no contexto do sistema escravista brasileiro, contrapondo-se à perspectiva de Gilberto Freyre que atribuía ao negro um papel passivo na história. Moura argumentou que os negros não foram submissos ou acomodados, enfatizando as diversas formas de resistência, especialmente a organização dos quilombos, como expressão de luta contra a opressão escravista.

A análise de Clóvis Moura aponta para um Brasil alicerçado em uma estrutura social escravista marcada pelo antagonismo entre duas classes: os dominantes, composta pelos proprietários de escravos, e os dominados, formada pelos próprios escravizados. Enquanto estes últimos eram responsáveis pela produção material e geração de riqueza, os senhores detinham o controle dos meios de produção e da propriedade. Com a abolição da escravatura, a classe que efetivamente construiu a base econômica do país – os negros – foi excluída do acesso à propriedade, apesar de sua contribuição fundamental para a acumulação de riquezas no período escravista.

Temos, portanto, um contraponto entre as ideias de Clóvis Moura e Gilberto Freyre, já que Freyre via a sociedade escravista sob uma ótica paternalista, muito claro no seu modo de abordar as relações estabelecidas entre negros escravizados e senhores, apresentando uma perspectiva romanceada, permeada pela amabilidade do opressor para com os oprimidos e vice e versa.

Em sua obra “Sociologia do Negro Brasileiro”, Clóvis Moura vê que o mito da democracia racial constitui uma ideologia que não apenas legitima a discriminação racial, mas também atribui ao negro a responsabilidade por sua própria marginalização social. Ao culpar a vítima, essa ideologia serve como um mecanismo eficaz para perpetuar as desigualdades raciais e justificar as violências históricas e contemporâneas contra a população negra. A obra surge em um contexto de reavaliação do papel do negro na sociedade brasileira, especialmente após a abolição da escravatura. O autor busca compreender as raízes históricas da marginalização e da desigualdade racial, questionando a passividade de grande parte da sociedade diante desse problema. Diz ele:

Daí a nossa preocupação em levantar algumas questões que poderão explicar sua situação de marginalização, pobreza, discriminação e rejeição social por parte de grandes segmentos da população brasileira. Não escrevemos, pois, por causa de uma pretensa moda comemorativa (mesmo porque não há nada de comemorar), mas como um material de reflexão para todos aqueles que não se aperceberam da importância do assunto, e, ao reconhecê-la, possam fazer uma análise crítica a respeito do comportamento alienado de uma grande parte da nossa nação que os negros criaram com o seu trabalho durante quase quatrocentos anos como escravos, e, depois, com cem anos de trabalho livre (Moura, 2019, p. 35- 36).

Segundo Moura, a construção de um aparelho ideológico durante o período escravista no Brasil foi crucial para a formação de um pensamento social racista que persiste até os dias atuais. Essa ideologia, ao desumanizar os negros e justificar a escravidão, contribuiu para a construção de uma narrativa que minimizou as tensões entre escravizados, senhores e Estado. Ao deslocar o negro de sua humanidade, essa ideologia sustentou teoricamente um sistema opressor e desigual.

Há também uma análise dos primeiros estudos brasileiros sobre a questão racial revela uma tendência à reprodução de ideias racistas preexistentes. Pensadores como Perdigão Malheiro e Nina Rodrigues, por exemplo, adotaram perspectivas evolucionistas europeias para justificar o atraso nacional, atribuindo-o à presença negra. Autores posteriores, como Arthur Ramos e Gilberto Freyre, embora tenham se esforçado por oferecer interpretações mais complexas, acabaram por reforçar estereótipos e naturalizar a desigualdade racial. Freyre, por exemplo, idealizou as relações entre senhores e escravos na “Casa Grande & Senzala”, minimizando a violência e a exploração. Já Oliveira Vianna, com sua defesa da “arianização” do Brasil, expressou uma visão explicitamente racista e eugenista. Em conjunto, esses trabalhos contribuíram para a construção de um imaginário social que legitimava a discriminação racial e dificultava a superação das desigualdades raciais.

#### **4 FLORESTAN FERNANDES VS CAIO PRADO JR.: OS “VÍCIOS PROFUNDOS” E A “A QUESTÃO DA DESIGUALDADE RACIAL”**

Florestan Fernandes, em contraste com Gilberto Freyre, via a herança colonial, escravista e racial brasileira como profundamente negativa. Para ele, a escravidão moldou uma sociedade segregada, e as estruturas de poder, articuladas com forças econômicas e políticas internas e externas, perpetuavam esse "apartheid social". A democracia, segundo Fernandes, só seria alcançada pela mobilização dos grupos oprimidos, por meio de uma dita “revolução democrática”.

Fernandes argumentava que a colonização exigia uma estrutura social rígida, baseada na escravidão, para manter sua organização extrativista. A escravidão assegurava a acumulação de capital para as elites e sustentava a ordem colonial. A população livre, majoritariamente mestiça, era mantida em uma posição intermediária entre a elite e os escravizados, impedindo a formação de uma colônia autônoma. A miscigenação, em vez de promover igualdade, reforçava a hierarquia social, associando “mácula de sangue” a trabalho manual, prefigurando o paralelo entre raça e classe. Fernandes destacava os esforços da elite para excluir mestiços, indígenas e negros do poder.

A transição para o capitalismo, segundo Fernandes, não alterou a essência da dominação. As elites, aliadas a forças externas, mantiveram seus privilégios, adaptando a segregação aos novos tempos. O senhor de terras se transformou em empresário, perpetuando a exploração do trabalho herdada da escravidão. Fernandes via esses processos como desenvolvimentos acumulativos da cultura, no qual o passado persistia no presente.

A modernização econômica, embora expandisse o trabalho assalariado, o fez de forma desigual. Brancos ocupavam posições mais qualificadas e remuneradas, enquanto negros se concentravam em trabalhos precários, perpetuando a desigualdade. A competição por empregos antes reservados aos brancos intensificou a discriminação racial, sobrepondo-se à lógica de classes. Negros foram empurrados para a marginalidade, em empregos precários ou na subsistência.

Ao analisar a formação do Brasil contemporâneo, Caio Prado Júnior destaca a importância de compreender o peso do passado colonial na construção da identidade nacional. Em sua obra, o autor argumenta que os resquícios da colonização continuam a influenciar a sociedade brasileira, mesmo em um contexto marcado por profundas transformações. Prado Júnior chama a atenção para a persistência de "uma realidade já muito antiga" que coexiste com "um novo processo histórico", gerando uma tensão que impede a consolidação de um projeto nacional plenamente realizado.

Apresentando uma visão problemática da mestiçagem e do genocídio indígena, o autor enaltece a miscigenação como uma ferramenta de dominação cultural, de certa forma se alinhando em partes ao pensamento de Fernandes, onde a minoria portuguesa impõe seus valores a uma maioria não



européia. Ao analisar o genocídio indígena, Prado Júnior o naturaliza, apresentando-o como um processo histórico inevitável, onde a cultura europeia “superior” substitui as culturas indígenas “inferiores”, visão marcada por um forte eurocentrismo. O genocídio figura como uma consequência para que houvesse o desenvolvimento da sociedade.

Aponta que, apesar do avanço da colonização brasileira, um conjunto de “vícios profundos” impedia a formação de um país moderno. Entre esses vícios, o autor destaca a “incorporação apressada de raças e culturas distintas” e o “trabalho servil”. Ao colocar esses elementos em um mesmo plano, Prado Júnior evidencia a crença de que as diferenças culturais entre os grupos étnicos que compunham a sociedade brasileira eram tão prejudiciais ao desenvolvimento do país quanto a escravidão. Essa perspectiva revela a centralidade da questão do atraso cultural na análise do historiador sobre os desafios enfrentados pelo Brasil.

## **5 TEORIA DA DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OLHARES DE FHC E ENZO FALETTO**

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em sua obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* discutem sobre o desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com centros econômicos, como forma de garantir sobrevivência e sustentação por meio de seu apoio econômico. Os autores afirmam que a relação entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos é marcada por um ciclo de dependência, que limita o crescimento da periferia. Na visão dos autores os países periféricos estão inseridos em uma divisão internacional do trabalho, que os torna dependentes de capitais, tecnologias e mercados dos países centrais, estabelecendo uma relação de dependência, que sempre contribui com o desenvolvimento do centro, mas que também beneficia a periferia, ainda que de forma desigual.

Buscam ainda, destacar os aspectos políticos e sociais do desenvolvimento do continente latino americano, e afirmam que a estrutura social e política dos países latinos passa por modificações à medida em que as diferentes classes e grupos sociais impõem seus interesses e conseguem espaço na sociedade. Os autores destacam a conexão do desenvolvimento econômico com os processos sociais, e como estes países que se mantinham dependentes conquistaram autonomia alcançando um desenvolvimento econômico, ainda que estivessem sob a dependência de polos hegemônicos que conseguiram se tornar Estados Nações.

Os autores afirmam que a relação entre os países centrais e periféricos vai além do tradicional sistema de exportação e importação, que era predominante quando se pensava em relações econômicas entre países de centro e periferia. Essa dinâmica é mais abrangente, envolvendo também investimentos



diretos, onde países centrais têm investido diretamente nas indústrias das periferias, com empresas estrangeiras estabelecendo operações em diversos países da América Latina, se beneficiando dos produtos produzidos dentro desses territórios.

Para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, é possível que os países em desenvolvimento, busquem formas de superar esta interdependência e alcancem seu desenvolvimento, que vem a partir da relação entre os grupos e classes sociais trabalhando em sintonia, gerando transformações e tornando estes países em verdadeiras nações organizadas e desenvolvidas.

É destacado ainda na obra que a industrialização latino-americana não ocorreu apenas com uma consequência de sua relação com o centro, mas devido a um momento de crise global que beneficiou um crescimento da indústria brasileira e foi fomentada por um consumo, produção e empenho de trabalho interno dos países latinos. A respeito do crescimento da indústria brasileira em momentos de crises globais Gonçalves e Ramos (2008) discutem sobre o segundo ciclo do algodão no século XIX, durante a Guerra de Secessão que afetou os Estados Unidos e marcou a paralisação de sua produção e exportação de algodão para as indústrias britânicas, o que favorecia o Brasil exportando seu algodão para estas indústrias, desenvolvendo sua economia.

Este caminho só é possível, segundo os autores, quando priorizamos políticas que incentivam a industrialização, como foi realizado no estado do Maranhão e em São Paulo nos anos 1930, período que ocorria a crise do café no Brasil. Grandes e pequenos proprietários de terra passaram a direcionar seus investimentos para a cultura do algodão, o capital foi redirecionado para o investimento nas indústrias que cresciam no país no período pós primeira guerra.

Tal processo embora intencionado na construção de um estado nação e beneficiamento da indústria no Brasil não foi de todo eficiente em específico para as classes pobres, tratando a população como figurantes apesar de se sustentar de sua mão de obra no processo de desenvolvimento da indústria, preservando a oligarquia e seu crescimento econômico.

Gonçalves; Ramos (2008) discutem sobre as medidas tomadas no Brasil nesse período em benefício do capital privado, contribuindo com a democratização do acesso de trabalhadores a terra para a produção do algodão, milho e da mamona no estado de São Paulo. Todos trabalhando a serviço do chamado desenvolvimento que beneficiava a indústria e a elite, mas também encontrando a oportunidade de conquistar uma porção de terra para produzir pelo trabalhador pobre.

Cardoso e Faletto (1997) dialogam com Prado Júnior a respeito da interdependência que está ligada a um modelo colonial na relação de dependência com o capital. Para os autores este modelo ainda que de certo modo traga benefícios gera atraso por se tratar de um modelo arcaico de desenvolvimento em que o capital depende do polo e o polo depende do centro hegemônico.

A formação do Brasil contemporâneo para Cardoso e Faletto (1997) está relacionada a diversas partes que se conectam, como aspectos culturais provenientes das diversas culturas que povoaram o país, a sua história e o processo de colonização, a interação entre os povos e as culturas que traziam consigo e suas práticas e sistemas econômicos. Por conta dos diversos aspectos deve-se considerar a história e os elementos que compõem a sociedade brasileira como parte de um todo maior, que envolvem sua interação. Desta forma os autores afirmam que assim poderemos ter uma compreensão mais abrangente das raízes do Brasil.

Trazemos mais uma vez como exemplo o estado do Maranhão, agora no período colonial, em que a agricultura brasileira sustentava a economia de Portugal, que explorava suas riquezas em benefício da indústria inglesa. O capital sendo produzidos pelos polos, nesse período as capitânicas brasileiras, que dependiam dos centros hegemônicos, ainda que em uma situação de exploração. Esta interdependência impede que a periferia se desenvolva de forma autônoma, sucateando a economia maranhense, que crescia quando outros países como os Estados Unidos se encontravam em crise.

Esta situação é prevalente entre os países da América Latina, como o Brasil, que para romper com esse ciclo de dependência necessitam promover sua industrialização, incentivo à educação, inovação e diversificação econômica, criando um desenvolvimento autônomo. Os autores destacam que até os dias de hoje o Brasil é um grande exportador industrial, para que a América Latina se liberte desta interdependência é necessário um novo mercado industrial, o que só pode ocorrer por meio de mudanças na estrutura política e social.

Em vista desse processo destacamos a importância de que sejamos sujeitos históricos, políticos e ativos em meio sociedade, desta forma conseguiremos espaço, garantindo direitos à medida que impomos interesses coletivos, ainda que estejamos dentro de um processo de interdependência, reivindicar, nos organizar e ser críticos é o caminho para um fortalecimento econômico de forma que o capital seja melhor distribuído entre as classes do Brasil. É desta forma que iremos de fato fortalecer nossos laços de nação.

Os autores trazem algumas características presentes dentro dessas economias periféricas que se tornam industrializadas que podem contribuir com sua economia como também se tornar problemas para estes países, são elas: Um elevado grau de diversificação da economia, produzindo diversos produtos, o que diminui as chances de uma dependência, visto que quando um produto se sai mal em sua produção, pode se produzir outro com maior intensidade no mercado. Esta medida foi tomada no Brasil durante o período colonial, com a redução da produção do café e incentivo do estado quanto a Cotonicultura; saída de excedentes reduzida, em que há um controle na saída dos lucros, ao invés de ser distribuído ou enviado para o centro a saída desse capital é reduzida, promovendo um crescimento

no país e na empresa periférica; mão de obra especializada é uma característica crescente dentro das economias periféricas industrializadas, gerando competitividade, formada por trabalhadores que possuem experiência em uma área específica e formação adequada para atuarem no setor industrial; a última característica é a presença de um mercado interno capaz de absorver a produção gerado por meio da reunião de todas as outras características, o que reduz a dependência de um mercado externo e auxilia no crescimento de uma economia local.

Essas características, ao serem desenvolvidas de forma inteligente, podem elevar o progresso econômico das economias periféricas, embora elas apresentem desafios, se aplicadas cuidadosamente se tornam medidas eficientes de auxílio às economias em desenvolvimento.

Os autores consideram a relação entre desenvolvimento, autonomia e dependência em economias periféricas que, apesar de industrializadas, enfrentam desafios consideráveis. Embora exista um desenvolvimento industrial, isso não significa autonomia econômica, pois a dependência pode assumir novas formas, refletindo uma subordinação onde as decisões e condições externas influenciam dentro da economia local. O desenvolvimento em países periféricos pode ser considerado parcial quando se observa de uma grande escala e se compara com a economia de países desenvolvidos, como os próprios autores retratam embora haja progresso em alguns setores, a estrutura econômica continua a depender de fatores externos, como importações de bens de capital e matérias-primas, o que permanece em uma zona de dependência

A ligação entre a economia nacional e economia central não é mais apenas uma questão de subordinação política ou de decisões externas; essa relação se manifesta no próprio mercado interno de um país, onde a produção e o consumo são influenciados por condições globais. Veja o caso da Shein, que demonstra como as condições do mercado global afetam as dinâmicas locais de produção, comercialização e consumo. O mercado interno tendo que se adaptar e reformular para atender as demandas, sendo necessária imposição de taxas para que o fluxo do comércio permaneça, como também inserção das lojas nacionais dentro do próprio aplicativo, gerando a permanência de empresas nacionais no mercado.

A capacidade de importar produtos necessários para a industrialização implica uma dependência entre os países em busca do desenvolvimento que está ligado ao mercado global, moldando as formas de produção e de consumo interno. Definir um país como periférico, de centro ou interdependente reflete a complexidade interna de cada economia associadas ao desenvolvimento ou a um estado de vulnerabilidade.

## 6 CONCEITOS E QUESTÕES SOCIAIS

Bastos (2011) no texto atualidade do pensamento social brasileiro fala sobre a necessidade das ciências humanas de se estudar vários problemas que faziam parte da formação e da realidade atual do Brasil naquele período da década de 50 e 60, como também de outros países que fazem parte da América Latina. O autor busca compreender como se formou esse modelo de Brasil discutindo problemas que refletem o Brasil nos dias de hoje, entre eles: Direitos as diferenças, emancipação de territórios, dignidade às populações brasileiras e suas respectivas liberdades, que estavam ligados aos temas da escravização de pessoas e ao forte colonialismo e exclusão que ocorria em vários contextos do país. Além do autoritarismo e ditaduras e da desigualdade social presente entre as classes.

Bastos (2011) utiliza Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, cientistas sociais que traziam perspectivas diferentes sobre o Brasil quando se pensava na questão do desenvolvimento. Fernandes enfatizava a importância de uma metodologia que pensasse as relações sociais e as relações de poder em que se encontra a desigualdade. Só compreendendo como se desenvolve essa desigualdade em uma análise crítica da estrutura é que se pode trabalhar políticas públicas para unir a ideia de progresso e de desenvolvimento econômico com a de democracia que traz oportunidades iguais para todos.

A visão de se analisar e refletir criticamente sobre os mecanismos que levam a desigualdade eram ineficientes para Guerreiro Ramos, que acreditava que esse estudo prejudicaria a criação de um plano de desenvolvimento. Nesse período o Brasil busca se compreender por meio das ciências sociais, olhando também para a sua história. É pela construção de um pensamento social e político que nasce por meio de um projeto nacional que passa a fazer parte da realidade brasileira a discussão de conceitos como desenvolvimento, subdesenvolvimento, marginalização e mudança social. Como exemplo temos as diversas fragilidades e o sucateamento da agricultura no Brasil, que por termos colocado uma visão de atraso sobre ela.

O próprio conceito de marginalidade na sociologia está ligado a ideia de emprego e desemprego, e que a solução para deixar de ser ou estar marginalizado seria essa inserção em um mercado de trabalho, mas que aderisse a lógica do desenvolvimento e não de um subdesenvolvimento. Assim, estaria a contribuir com a real noção de progresso. Essa sociologia trabalha com a ideia de que as sociedades subdesenvolvidas, se trabalhadas, repensadas e reorganizadas também poderiam alcançar esse desenvolvimento.

Jacques Lambert afirma que na América Latina há a existência de sociedades dualistas que impedem uma lógica de desenvolvimento de acontecer. Podemos dar como exemplo grandes proprietários de terra que coexistem com pequenos trabalhadores rurais, que ao produzirem em uma lógica “inferior”, apresentam as fragilidades existentes em um território, que ignoram a modernização,

causando um colonialismo interno, como se as sociedades latinas estivessem fadadas a estarem presas no tempo na perspectiva do autor.

Pelo fato dessa desunião entre os grupos que coexistem as sociedades latinas como é o caso do Brasil estariam presas a classificação de estado, deixando de evoluir para a de nação. Segundo o pensamento do autor, a parte subdesenvolvida teria que ceder aos que pregam a ideia de progresso. Assim, levando em consideração a realidade do Brasil, agricultores familiares e comunidades quilombolas teriam de ceder à ideia de modernização pregada pelo agronegócio, o que pode gerar destruição dos modos de vida tradicionais.

Para esse tipo de pensamento a democracia é falha e não é um bom caminho para o desenvolvimento. Quais eram as condições de produção da agricultura no Brasil, apontando as fragilidades que existiam quando se pensava nesse tipo de projeto para o país, visão abordada pela sociologia.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisamos neste artigo as contribuições de diversos pensadores que moldaram a compreensão da sociedade brasileira, destacando a intersecção entre desenvolvimento econômico, política e questões sociais. Entre os autores abordados, Gilberto Freyre, Clóvis Moura, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso se destacam por suas análises críticas sobre a formação da identidade nacional e as desigualdades presentes na sociedade.

Podemos conceber que Freyre, em sua obra, enfatiza a importância do controle da terra e do trabalho, propondo uma aliança entre as oligarquias do Sudeste industrializado e do Nordeste agrário. Ele argumenta que essa aliança era fundamental para conter os conflitos sociais emergentes, especialmente em um contexto de crescente urbanização e êxodo rural. O Estado, segundo Freyre, atuava como um patriarca, coordenando o deslocamento de populações rurais para os centros urbanos, o que alterava a composição racial e cultural das cidades. Embora reconheça a escravidão como uma instituição desumana, a considera central na formação da sociedade brasileira, ressaltando a miscigenação e a troca cultural como elementos que geraram uma identidade única, mas marcada por desigualdades.

Já a concepção de Caio Prado Jr. complementa essa análise, mesmo com pontos a serem rejeitados, ao destacar a influência do passado colonial na construção da identidade nacional. Ele argumenta que os resquícios da colonização ainda afetam a sociedade brasileira, criando uma tensão entre o antigo e o novo. Prado Jr. critica a mestiçagem como uma ferramenta de dominação cultural, alinhando-se à visão de que a minoria portuguesa impôs seus valores sobre a maioria não europeia.

Ele também aborda o genocídio indígena como um processo histórico inevitável, resultante da superioridade da cultura europeia. Para Prado Jr., a incorporação apressada de raças e culturas distintas e o trabalho servil são vícios que impedem a formação de um país moderno.

No pensamento proposto por Clóvis Moura, temos uma perspectiva crítica sobre a questão racial e a desigualdade social. Ele analisa como a escravidão e a marginalização das populações negras e indígenas contribuíram para a construção de uma sociedade desigual. Moura defende que a luta pela emancipação e pelos direitos das minorias é fundamental para a construção de um Brasil mais justo e igualitário. Sua obra destaca a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades estruturais e promovam a inclusão social.

Enquanto Florestan Fernandes, outro importante pensador, enfatiza a importância de uma metodologia que analise as relações sociais e de poder. Ele argumenta que a compreensão das desigualdades sociais é essencial para a formulação de políticas públicas que unam progresso econômico e democracia. Fernandes critica a visão simplista do desenvolvimento, propondo uma análise crítica que leve em conta as complexidades das relações sociais no Brasil.

Na obra “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto discutem a relação de dependência entre países em desenvolvimento e os centros econômicos. Eles argumentam que essa dependência limita o crescimento das economias periféricas, que, apesar de industrializadas, ainda enfrentam desafios significativos. A análise de Cardoso e Faletto destaca a necessidade de um entendimento mais profundo das dinâmicas econômicas e sociais que moldam o desenvolvimento no Brasil e na América Latina.

Em conclusão, nos debruçamos sobre a complexidade do pensamento social brasileiro, focando no que cada autor contribui, através de perspectivas díspares e por vezes semelhantes que são de todo modo únicas sobre o desenvolvimento e a política. A intersecção entre eles é fundamental para compreender as raízes das desigualdades sociais e as tensões que permeiam a sociedade brasileira. Concebemos na leitura dessas obras clássicas do pensamento social brasileiro que para avançar em direção a um Brasil mais justo e igualitário, é necessário um entendimento crítico das relações de poder e das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. A obra desses pensadores oferece um rico arcabouço teórico para a análise das questões contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Elide Rugai. A atualidade do pensamento social brasileiro. **Sociedade e estado**, v. 26, p. 51-70, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. Quarta Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GONÇALVES, José Sidnei; RAMOS, S. de F. **Da origem à hegemonia e crise do algodão meridional brasileiro no século XX**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 25-41, 2008.